

Caderno de Prova, Cargo G06, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Conhecimentos Especializados

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

A curiosidade das crianças

O escritor tcheco Milan Kundera, em seu mais famoso romance, “A Insustentável Leveza do Ser”, presta uma homenagem à curiosidade das crianças: “De fato, as únicas questões realmente sérias são aquelas que até uma criança pode formular. Elas são as questões sem resposta. Uma questão sem resposta é uma barreira intransponível. Em outras palavras, são as questões sem resposta que definem as limitações das possibilidades humanas, as que descrevem as fronteiras da existência humana”.

Que adulto nunca se deparou com uma criança fuzilando perguntas, “Por que isso? Mas por que aquilo?” Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos: “Pai, por que o céu é azul? O que acontece de dia com as estrelas? O que faz elas brilharem? Será que existe vida em outros planetas? Como a vida surgiu aqui? O que aconteceu com a vovó, depois que ela morreu? Quando você vai morrer?” “Ah, sei lá, filho! Pára de ficar fazendo perguntas. Vai jogar bola, vai!”

Esta semana dei uma palestra na escola de meu filho de 13 anos. Na realidade, não consegui dar a palestra. Um dia antes, o professor sugeriu que cada um dos alunos me desse uma pergunta por escrito, algo que quisessem saber sobre astronomia ou física. Resultado: recebi cem perguntas, todas relevantes, sobre assuntos de ponta em astrofísica.

Foi uma das melhores experiências da minha carreira como professor. Primeiro, pelo privilégio de poder falar para 50 crianças e jovens, com idades entre 10 e 14 anos. Segundo, pelo entusiasmo contagiante que emanava deles. Era possível sentir a eletricidade no ar, o interesse pelos assuntos, a curiosidade enorme de entender os mistérios do Universo, a tentativa de dar sentido à vida, de pô-la em contexto dentro da visão do mundo científico.

Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças, curiosos, perguntando-se sobre os mistérios do mundo. De minha parte, decidi que, a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.

(Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo**, 04/02/07.)

1. De acordo com o trecho de Milan Kundera citado no primeiro parágrafo do texto, as perguntas das crianças
 - (A) são irresponsáveis porque não se prendem às preocupações dos adultos.
 - (B) têm a irrelevância dos enigmas que não admitem possibilidade de solução.
 - (C) constituem o limiar das soluções a que custosamente chegaram os adultos.
 - (D) são reveladoras dos impasses fundamentais do conhecimento humano.
 - (E) têm a relevância da ingenuidade capaz de elaborar soluções simples.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. O autor do texto sugere que as perguntas que fazemos quando crianças costumam ser retóricas, pois desde então sabemos que não têm resposta possível.
 - II. A curiosidade infantil é análoga à do cientista, razão pela qual o autor se sente estimulado pelas perguntas que lhe fazem os jovens estudantes.
 - III. Em sua experiência como convidado de uma escola, o autor percebeu que as preocupações de seus jovens interlocutores extrapolavam as dos cientistas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. A razão pela qual o autor afirma que, na realidade, não conseguiu dar a palestra, explica-se pela
 - (A) forma de condução de sua participação no evento.
 - (B) iniciativa das crianças, que assumiram todas as falas.
 - (C) dificuldade de responder às questões levantadas.
 - (D) informalidade da situação e pela limitação dos temas.
 - (E) resistência que encontrou para suas explicações.

4. A expressão *a cada vez que sentir a chama falhar* (último parágrafo) tem, no contexto, sentido equivalente ao de
 - (A) tão logo sucumba à facilidade das respostas.
 - (B) conquanto me sinta estimulado a responder.
 - (C) sempre que esmorecer o interesse de questionar.
 - (D) uma vez que não esteja convicto das respostas.
 - (E) nos momentos em que me disponha a interrogar.

<p>5. <i>Que adulto nunca <u>se deparou</u> com uma criança <u>fuzilando</u> perguntas?</i></p> <p>Não haverá necessidade de qualquer alteração formal na frase acima caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) enfrentou - disparando (B) se confrontou - insistindo (C) se pôs diante - reiterando (D) confrontou - metralhando (E) se houve - descarregando</p>	<p>9. No contexto da frase <i>Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças (...)</i>, os dois pontos assumem um sentido equivalente ao de uma expressão como</p> <p>(A) ainda assim. (B) em que pese. (C) conquanto. (D) ao passo que. (E) porquanto.</p>
<p>6. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Entre as questões essenciais, que a todo cientista deve importar, estão as que se prendem à origem e ao destino do ser humano. (B) Não houvesse outras razões, bastaria a propriedade das perguntas que lhe dirigiu o público para fazê-lo sentir-se um professor privilegiado. (C) Só é dado alimentarem a curiosidade e a insatisfação ao cientista que não abdica de fazer as perguntas fundamentais. (D) Diante do interesse que representavam cada uma das perguntas que lhe cabiam responder, o professor sentiu-se um privilegiado. (E) O autor considerou um privilégio o fato de o interrogarem, com perguntas tão instigantes, aquele público curioso que encontrou na escola.</p>	<p>10. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O fato de uma criança se dispuser a fazer tantas perguntas é indicativo da típica impaciência dos adultos que se esquivam das respostas. (B) Ao mesmo tempo em que foi fascinante a experiência na escola do autor, o mesmo se daria com as crianças que não hesitaram ao lhe perguntar. (C) O autor pôde sentir-se entre as crianças impregnado de sua energia, ao constatar que todas se manifestavam em real interesse pelo assunto. (D) Os adultos jamais deveriam esquecer-se de que uma criança alimenta a mesma curiosidade de que também eles eram tomados antigamente. (E) Os cientistas não dependem de haver uma resposta imediata para as perguntas em cujas se define o limite de seu próprio desconhecimento.</p>
<p>7. <i>Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos.</i></p> <p>O trecho acima passará a apresentar uma incorreção caso se substitua, sem outras providências,</p> <p>(A) <i>tenham esquecido</i> por hajam se esquecido de. (B) <i>e façam tão pouco esforço</i> por e despendam um esforço tão pequeno. (C) <i>quando eram crianças</i> por à medida em que eram crianças. (D) <i>perguntaram</i> por especularam. (E) <i>Pena que</i> por É de se lamentar o fato de que.</p>	<p>11. Todos os verbos estão corretamente empregados e flexionados na frase:</p> <p>(A) Se eu voltar à mesma escola e os alunos proporem as mesmas perguntas, os debates não deixarão de ter o mesmo calor da primeira vez. (B) Se o autor do texto não retesse o mesmo entusiasmo de menino pelas perguntas, não haveria todo aquele magnetismo durante o colóquio. (C) Ao autor aprouve suspender a palestra convencional e deter-se nas perguntas fundamentais que as crianças lhe propuseram. (D) Imergia das questões formuladas aquela vitalidade própria das crianças que não se resignam à passividade diante dos mistérios do mundo. (E) Seria interessante que os cientistas convissem em que é fundamental não perder o contato com a curiosidade que se constitui ainda na infância.</p>
<p>8. Exerce a função de sujeito a oração sublinhada no período:</p> <p>(A) Era possível <u>sentir a eletricidade no ar</u>. (B) O escritor Milan Kundera escreveu um romance <u>em que presta uma homenagem à curiosidade das crianças</u>. (C) Na realidade, não consegui <u>dar a palestra</u>. (D) São as questões sem resposta <u>que definem as limitações humanas</u>. (E) Houve a sugestão <u>de que cada um me desse uma pergunta por escrito</u>.</p>	<p>12. <i>De minha parte, decidi que a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.</i></p> <p>Uma nova, correta e coerente redação da frase acima poderia ser a seguinte:</p> <p>(A) Por mim, concluí de que quando a chama falhar, farei uma visita na escola e conversarei com as crianças. (B) No que me diz a respeito, resolvi que, se a chama falhar, fazer uma visita à escola para conversar com as crianças. (C) Por meu turno, propus-me a cada vez que sentir a chama falhar de fazer uma visita, onde conversarei com as crianças. (D) De meu lado, fiquei convicto que, se a chama falhar, de ir visitar a escola e conversar com as crianças. (E) Quanto a mim, tomei a decisão de, a cada vez que a chama falhar, fazer uma visita à escola e conversar com as crianças.</p>

13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Jamais (satisfazer) as crianças aquele tipo de resposta convencional às perguntas essenciais que elas formulam.
 - (B) Como (poder) ocorrer ao professor respostas exatas para um questionário irrespondível?
 - (C) Não (dever) envergonhar a ninguém as lacunas do conhecimento humano sobre os mistérios do universo.
 - (D) A aflição a que (levar) um cientista tais perguntas é a mesma que perturba as crianças.
 - (E) Quanto às questões que a mais ninguém (conseguir) incomodar, ou já encontraram resposta ou não eram essenciais.

14. O equívoco quanto ao sentido exato de uma palavra ou expressão torna necessário **corrigir** seu emprego na seguinte frase:
- (A) Inteirado das questões que recebera, optou o professor pela forma do diálogo, abdicando da formalidade de uma palestra.
 - (B) Durante a palestra, o professor ficou feliz ao ver que o seu fascínio pelo assunto ia de encontro à legítima curiosidade dos alunos.
 - (C) Não é dada a todos os professores a faculdade de afinar seu interesse real pelo que seus alunos também mantêm vivo.
 - (D) As perguntas essenciais são como aquelas leis que jamais prescrevem: estão em todas as culturas e em todos os tempos.
 - (E) Quem não se provê de boas perguntas jamais chega a respostas de fato satisfatórias.

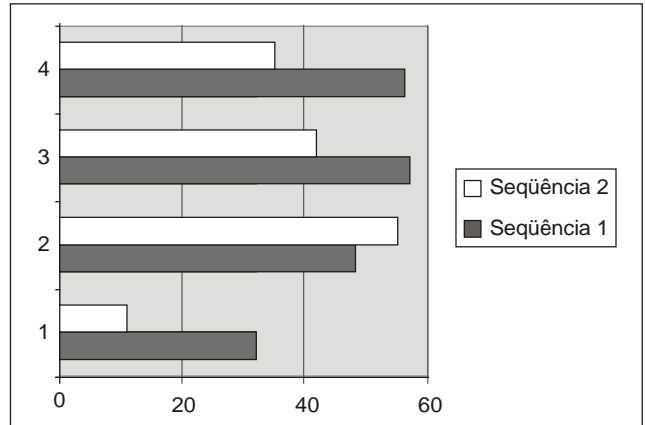
15. As estrelas brilham no céu, e quem fica a observar as estrelas, sentindo a magia das estrelas, considera as estrelas signos de um grande mistério.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) lhes observar - sentindo a magia delas - considera-as.
 - (B) as observar - sentindo sua magia - lhes considera.
 - (C) observá-las - sentindo-as a magia - as considera.
 - (D) observá-las - sentindo-lhes a magia - considera-as.
 - (E) lhes observar - sentindo-lhes a magia - considera-lhes.

Informática

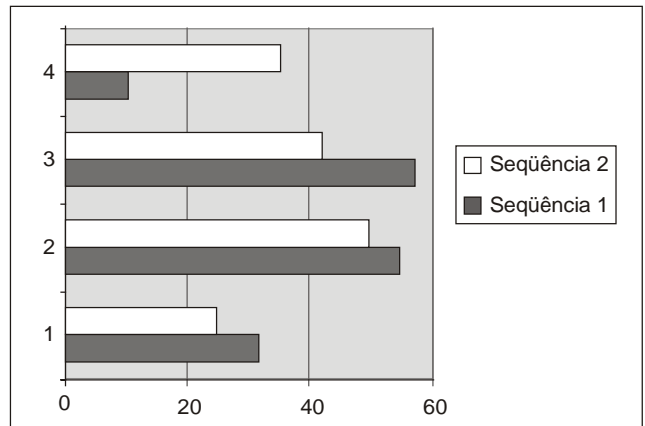
16. O Tribunal solicitou a formatação de um texto escrito em MS-Word 2000. Considerando que no texto formatado existem espaços entre linhas definidos como duplos, espaçamentos entre caracteres expandidos por dois pontos, posições em formato elevado por dez pontos e outras em rebaixado por 25 pontos, é correto que foram usadas apenas as funções de formatação de
- (A) parágrafo e fonte.
 - (B) parágrafo e fonte e de inserção de linhas.
 - (C) parágrafo.
 - (D) parágrafo e fonte e de exibição em estrutura de tópicos.
 - (E) fonte.

17. Considere, a seguir, as duas linhas e as quatro colunas de uma planilha MS-Excel 2000 e o gráfico padrão original elaborado automaticamente a partir do conteúdo dessas células:

	A	B	C	D
1	32	48	57	56
2	11	55	42	35



Sabe-se que um novo gráfico padrão original, a seguir, foi gerado automaticamente a partir de uma modificação no conteúdo das células da planilha:



É correto afirmar que foram feitas modificações

- (A) nas células A1, A2, C1 e D2, apenas.
- (B) nas células A2, B1, B2 e D1, apenas.
- (C) nas células C1 e C2, apenas.
- (D) nas células A2, B2 e D2, apenas.
- (E) em todas as células.

18. No Outlook Express 6 é possível definir o servidor de emails acessando, primeiramente, o menu Ferramentas e, após, trilhando o seguinte caminho:
- (A) Servidores, Email, Propriedades e Contas.
 - (B) Propriedades, Email, Contas e Servidores.
 - (C) Contas, Email, Propriedades e Servidores.
 - (D) Email, Contas, Servidores e Propriedades.
 - (E) Contas, Propriedades, Email e Servidores.

Instruções: Para responder às questões de números 19 e 20, considere o seguinte enunciado:

A política de informática e de uso de *sites* do Tribunal recomenda que:

§1º – As mensagens encaminhadas pela intranet não revelem seus destinatários.

§2º – As respostas às dúvidas gerais deverão ser, dentro do possível, pesquisadas em enciclopédias na internet, antes de outras ações.

§3º – Os resultados das pesquisas feitas, conforme §2º que sempre usam aplicativos acessados por meio do Internet Explorer (IE), quando forem impressos, deverão contemplar a correta formatação de página para que os textos não sejam truncados.

§4º – Havendo condições, a troca de mensagens com diálogo instantâneo terá precedência sobre a dos demais tipos.

§5º – A transferência de arquivos via internet deverá ser feita mediante uso de serviço de protocolo específico a essa finalidade, com proteção de acesso direcionada a usuário autorizado.

§6º – As apresentações de trabalhos para as autoridades deverão ser projetadas usando aplicativos específicos de audiovisual para projeção de filmes sonoros.

§7º – A versão dos aplicativos e ferramentas usados deverá ser a mais atual possível como, por exemplo, Internet Explorer, versão 6 em diante, e Outlook Express, versão 6 em diante, e sempre em sua configuração original.

19. Para atender ao especificado no §3º é necessário, estando no IE, acessar o menu
- (A) Ferramentas e depois a opção Gerenciar Complementos.
 - (B) Arquivo e depois a opção Gerenciar Complementos.
 - (C) Arquivo e depois a opção Configurar Impressão.
 - (D) Ferramentas e depois a opção Configurar Impressão.
 - (E) Arquivo e depois a opção Configurar Página.

20. É correto que
- (A) para atender às melhores práticas de segurança, um *backup* deve ser feito exclusivamente da seguinte forma: arquivos não modificados são sempre direcionados a periféricos externos do tipo CD ou disquete e os modificados devem ser sempre guardados em pastas específicas no *hard disk*.
 - (B) um *backup* é um dispositivo de gravação de cópias de segurança, normalmente conectado a uma porta paralela do computador.
 - (C) em um *hard disk*, não considerado um periférico, podem ser gravados arquivos dentro de pastas, mas não pastas dentro de pastas.
 - (D) um *pen drive* é um periférico onde podem ser gravadas pastas dentro de pastas ou arquivos dentro de pastas que podem ser classificados por nome, tipo e data de modificação.
 - (E) Uma porta serial universal não pode ser usada para conectar periféricos nos quais seriam gravadas cópias de arquivos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Considere os dispositivos a seguir parcialmente transcritos da Lei nº 9.868/99, relativos ao processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, no âmbito do Supremo Tribunal Federal:

“Art. 2º Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade:

(...)

IV – a Mesa de Assembléia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V – o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal;”

“Art. 6º O relator pedirá informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.”

“Art. 8º Decorrido o prazo das informações, serão ouvidos, sucessivamente, o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, que deverão manifestar-se, cada qual, no prazo de quinze dias.”

“Art. 28. (...)

Parágrafo único. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade (...) têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.”

Considerada a disciplina constitucional vigente sobre a matéria, é correto afirmar que

- (A) todos os dispositivos da Lei nº 9.868 acima transcritos são compatíveis com a Constituição da República.
- (B) os incisos IV e V do artigo 2º da Lei nº 9.868 são parcialmente incompatíveis com a Constituição, porque esta não atribui legitimidade aos órgãos executivo e legislativo do Distrito Federal para propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) o artigo 6º da Lei nº 9.868 é incompatível com a Constituição, porque esta atribui ao Advogado-Geral da União a defesa do texto ou ato impugnado.
- (D) o artigo 8º da Lei nº 9.868 é parcialmente inconstitucional, pois a Constituição determina que o Procurador-Geral da República seja previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade, como em todos os processos de competência do Supremo.
- (E) o parágrafo único do artigo 28 da Lei nº 9.868 é inconstitucional, por ampliar o alcance subjetivo do efeito vinculante da decisão proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade, tal como previsto na Constituição da República.

<p>22. É aspecto comum às carreiras da Advocacia-Geral da União e das Procuradorias dos Estados, consoante previsão expressa da Constituição da República,</p> <p>(A) o direito à estabilidade, adquirido após dois anos de efetivo exercício das respectivas funções, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios.</p> <p>(B) a remuneração de seus integrantes dar-se não pelo sistema de vencimentos, e sim por subsídio, a exemplo dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.</p> <p>(C) ser a chefia dos órgãos um cargo de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.</p> <p>(D) o exercício da representação judicial dos respectivos entes da Federação, exceto na execução da dívida ativa de natureza tributária, sempre de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.</p> <p>(E) o ingresso na carreira depender de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.</p>	<p>25. Dispunham o artigo 217, <i>caput</i>, e seus parágrafos 1º, 5º e 6º, da Constituição brasileira de 1946, a seguir transcritos:</p> <p>“Art. 217 – A Constituição poderá ser emendada:</p> <p>§ 1º – Considerar-se-á proposta a emenda, se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou por mais da metade das Assembléias Legislativas dos Estados no decurso de dois anos, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.</p> <p>(...)</p> <p>§ 5º – Não se reformará a Constituição na vigência do estado de sítio.</p> <p>§ 6º – Não serão admitidos como objeto de deliberação projetos tendentes a abolir a Federação ou a República.”</p> <p>Comparativamente à disciplina estabelecida para alteração da Constituição da República atualmente vigente, é correto afirmar que, nesta,</p> <p>(A) a legitimidade para propositura de emenda à Constituição é mais restrita, embora sejam mais flexíveis os limites circunstanciais do poder de reforma constitucional.</p> <p>(B) são maiores as limitações circunstanciais e materiais a que se submete o poder de reforma constitucional.</p> <p>(C) os limites materiais ao poder de reforma da Constituição são mais flexíveis, assim como a iniciativa para proposta de emenda, relativamente às Assembléias Legislativas.</p> <p>(D) há mais legitimados para a proposição de emendas à Constituição, sendo ainda menos exigente o quorum estabelecido para as propostas de Deputados Federais e Senadores.</p> <p>(E) somente é dispensado o mesmo tratamento à matéria no que tange à legitimidade para apresentação de propostas de emenda à Constituição.</p>
<p>23. Considera-se mecanismo de controle político repressivo de constitucionalidade</p> <p>(A) o veto do Presidente da República a projeto de lei, ordinária ou complementar, por contrariedade ao interesse público.</p> <p>(B) a decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado em que se modulem os efeitos de seu alcance temporal.</p> <p>(C) a autorização, pela Câmara dos Deputados, da instauração de processo por crime de responsabilidade em face do Presidente da República.</p> <p>(D) a suspensão, pelo Senado Federal, da execução total ou parcial de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) o recurso extraordinário, nas hipóteses em que maioria qualificada do Supremo Tribunal Federal atribuir-lhe efeito <i>ultra partes</i>.</p>	<p>26. Por força de lei promulgada em 2001, inseriu-se no Código de Processo Civil a possibilidade de o magistrado impor multa àqueles que, participantes do processo, praticassem atos especificados de obstrução da Justiça, ressalva feita aos advogados que se sujeitassem exclusivamente aos estatutos da Ordem dos Advogados do Brasil. Referido dispositivo foi objeto de impugnação por meio de ação direta de inconstitucionalidade, ao final julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal, para o fim de “declarar que a ressalva contida na parte inicial desse artigo alcança todos os advogados, com esse título atuando em juízo, independentemente de estarem sujeitos também a outros regimes jurídicos” (ADI 2652-DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, publ. DJU de 14 nov. 2003).</p> <p>Na hipótese relatada, procedeu o Supremo Tribunal Federal à</p> <p>(A) interpretação conforme a Constituição, sem redução de texto normativo.</p> <p>(B) declaração parcial de inconstitucionalidade, com redução de texto normativo.</p> <p>(C) declaração total de inconstitucionalidade, com redução de texto normativo.</p> <p>(D) interpretação conforme a Constituição, com redução de texto normativo.</p> <p>(E) declaração de situação de norma ainda constitucional.</p>
<p>24. As normas constitucionais relativas aos direitos e garantias individuais, inseridas no título relativo aos direitos e garantias fundamentais, contêm elementos da Constituição ditos</p> <p>(A) sócio-ideológicos, por revelar o compromisso da Constituição entre o Estado individualista e o Estado social.</p> <p>(B) orgânicos, por regularem a estrutura do Estado e do poder.</p> <p>(C) limitativos, por limitarem a atuação do Estado, dando ênfase à sua configuração como Estado de Direito.</p> <p>(D) de estabilização constitucional, na medida em que asseguram a defesa da Constituição e das instituições democráticas.</p> <p>(E) formais de aplicabilidade, diante da aplicação imediata das normas definidoras de direitos dessa espécie.</p>	

27. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina dos partidos políticos na Constituição da República:

- I. Admite-se que os partidos recebam recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, desde que esse financiamento não se traduza em subordinação do partido aos entes mencionados.
- II. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, observados os preceitos e princípios constitucionais pertinentes, sendo-lhes expressamente vedada, contudo, a utilização de organização de caráter paramilitar.
- III. Após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, os partidos políticos registrarão, no Tribunal Superior Eleitoral, seus estatutos, sendo vedada, pela Constituição, a adoção nestes de regras de fidelidade partidária.
- IV. É assegurada aos partidos políticos autonomia para adotar os critérios de escolha e regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

28. Nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, a Assembléia Legislativa

- (A) poderá encaminhar a Secretário de Estado pedido escrito de informação, sendo que a recusa ou o não-atendimento por parte deste, no prazo de 20 dias, importam crime de responsabilidade.
- (B) não encerrará a sessão legislativa ordinária sem a aprovação do projeto da Lei Orçamentária Anual, mas não estará impedida de interrompê-la, ainda que sem a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) fará reuniões preparatórias, entre os dias 1º e 15 de fevereiro, com a finalidade, entre outras, de eleger a Mesa da Assembléia para mandato de dois anos, vedada recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente.
- (D) poderá ser convocada para realização de sessão extraordinária, pelo Governador do Estado, quando ocorrer intervenção em Município.
- (E) reúne-se, em sessão ordinária, na Capital do Estado, independentemente de convocação, de 1º de fevereiro a 18 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro de cada ano.

29. Com vistas a assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição da República determina que

- (A) sejam definidos, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais especialmente protegidos, cuja criação, alteração ou supressão somente se dará por lei.
- (B) aquele que explorar recursos vegetais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida nos termos da lei.
- (C) as condutas consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados.
- (D) se dê publicidade ao estudo prévio de impacto ambiental para atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente, exceto por imperativos de segurança nacional.
- (E) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida por lei estadual, sem a qual não poderão ser instaladas.

30. Com vistas a restaurar prontamente a normalidade em local restrito e determinado, atingido por calamidade de grande proporção na natureza, é decretado estado de defesa, pelo Presidente da República, com oitiva prévia, embora contra o parecer, dos Conselhos da República e de Defesa Nacional. Ao Congresso Nacional, o decreto respectivo somente é submetido nas vinte e quatro horas subsequentes à instauração do regime de exceção. Nessa hipótese, a decretação do estado de defesa é

- (A) incompatível com a Constituição da República, que não admite a instauração de estado de defesa em decorrência de comprometimento da ordem pública por calamidade natural.
- (B) inconstitucional, por depender de autorização prévia do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, reunidos em sessão conjunta.
- (C) incompatível com a Constituição da República, que vincula a decisão do Presidente da República ao parecer dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, quando contrários à decretação.
- (D) inconstitucional, uma vez que os poderes constituídos da União não podem imiscuir-se em questões locais, sob pena de ofensa à autonomia dos demais entes da Federação.
- (E) compatível com a disciplina constitucional da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Direito Administrativo

31. O prazo para aplicação de sanção administrativa em razão de faltas disciplinares cometidas por servidor público civil do Estado de Minas Gerais prescreve em

- (A) 2 anos, no caso de suspensão.
- (B) 4 anos, no caso de multa.
- (C) 5 anos, no caso de demissão.
- (D) 5 anos, no caso de suspensão.
- (E) 180 dias, no caso de repreensão.

<p>32. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, em havendo compatibilidade de horários, a acumulação de</p> <p>(A) até dois cargos de professor com outro técnico ou científico.</p> <p>(B) um cargo de professor com até outros dois cargos técnicos ou científicos.</p> <p>(C) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.</p> <p>(D) um cargo de juiz de direito com uma função de magistério ou outra função pública.</p> <p>(E) um cargo de membro do Ministério Público com uma atividade político-partidária.</p>	<p>35. É atributo que distingue os atos administrativos dos atos de direito privado, dentre outros,</p> <p>(A) a imperatividade, traduzida pela possibilidade de o ato ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário, aplicável a todos os atos administrativos.</p> <p>(B) a presunção de veracidade e legitimidade, aplicável a todos os atos administrativos, segundo a qual estes se presumem verdadeiros e conformes à lei até prova em contrário.</p> <p>(C) a auto-executoriedade, pela qual os atos administrativos impõem-se a terceiros independentemente de sua concordância, aplicável a todos os atos administrativos.</p> <p>(D) a arbitrariedade, traduzida pela ampla margem de escolha deixada pela lei a certos atos administrativos, para tomada de decisão de acordo com o caso concreto.</p> <p>(E) a tipicidade, pela qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente em normas administrativas como aptas a produzir determinados resultados, aplicável a todos os atos administrativos.</p>
<p>33. No cálculo das indenizações em razão de desapropriação por utilidade pública poderão ser incluídos juros compensatórios e juros moratórios, os quais, segundo a legislação aplicável, terão como termo inicial de contagem, respectivamente,</p> <p>(A) a data de despacho de deferimento da inicial e o trânsito em julgado da sentença.</p> <p>(B) a imissão antecipada na posse pelo expropriante e o primeiro dia do ano subsequente àquele em que a indenização deveria ter sido paga.</p> <p>(C) a imissão antecipada na posse pelo expropriante e o trânsito em julgado da sentença.</p> <p>(D) o trânsito em julgado da sentença e a imissão antecipada na posse do imóvel.</p> <p>(E) o trânsito em julgado da sentença, em ambos os casos.</p>	<p>36. Em relação aos vícios dos atos administrativos, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato de exoneração de pessoa ocupante de cargo em comissão pode ser invalidado pelo Poder Judiciário se as razões de sua dispensa não corresponderem à verdade fática, por aplicação da chamada teoria dos motivos determinantes.</p> <p>(B) ocorre desvio de poder quando o agente afasta-se dos objetivos que deveria atingir para alcançar resultado diverso, não amparado pela lei ou pelo interesse público, vício este que somente pode ser reconhecido pelo Poder Judiciário se houver prova cabal.</p> <p>(C) têm como consequência a invalidação do ato, a qual, no âmbito administrativo, será promovida por meio de sua revogação ou, no âmbito judicial, pela sua anulação.</p> <p>(D) o Poder Judiciário, por lhe ser vedado adentrar no mérito administrativo, não pode reconhecer eventuais ilegalidades em atos discricionários.</p> <p>(E) ato praticado por agente impedido, em razão da maior gravidade, acarreta presunção absoluta de incapacidade, não podendo a medida, em razão disso, ser convalidada por autoridade superior que não esteja na mesma situação de impedimento ou de suspeição.</p>
<p>34. Servidão administrativa consiste em direito real de</p> <p>(A) garantia, instituído sobre bem imóvel de propriedade alheia, com base na lei, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública.</p> <p>(B) gozo, instituído sobre bem móvel ou imóvel de propriedade alheia, exclusivamente por meio de lei, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública.</p> <p>(C) gozo, instituído sobre bem móvel ou imóvel de propriedade alheia, com base em prévio decreto expropriatório do Chefe do Poder Executivo, para conter iminente perigo público ou para utilização transitória em obras, serviços ou atividades públicas.</p> <p>(D) gozo, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública, constituído por meio de lei, acordo, ou sentença judicial.</p> <p>(E) garantia, instituído sobre bem imóvel de propriedade alheia, com base na lei, mediante prévia e justa indenização, sendo ato de execução preparatório de futura desapropriação por interesse social.</p>	

<p>37. A multa aplicada em razão do funcionamento de estabelecimento comercial sem o respectivo alvará e a multa aplicada em razão do aproveitamento do cargo por determinado funcionário para lograr proveito pessoal constituem modos de expressão, pela Administração Pública,</p> <p>(A) do seu poder disciplinar. (B) do seu poder de polícia. (C) do seu poder hierárquico. (D) dos seus poderes disciplinar e hierárquico, respectivamente. (E) dos seus poderes de polícia e disciplinar, respectivamente.</p>	<p>41. Em relação à responsabilidade civil do Estado por atos legislativos, a regra que tem prevalecido na doutrina e na jurisprudência é a de</p> <p>(A) irresponsabilidade em qualquer hipótese, porquanto, além de envolver ato de soberania, não há como se reconhecer dano decorrente de norma geral e abstrata dirigida a toda coletividade, sendo certo que os cidadãos não podem responsabilizar o Estado por atos de parlamentares por eles mesmos eleitos. (B) irresponsabilidade, exceto na hipótese de leis inconstitucionais, caso em que o seu reconhecimento independe de prévia declaração do vício pelo Poder Judiciário, em razão do princípio segundo o qual <i>iura novit curia</i>. (C) seu reconhecimento somente na hipótese de atos legislativos do Poder Executivo, como a Medida Provisória, dado que os cidadãos não podem responsabilizar o Estado por atos de parlamentares por eles mesmos eleitos para representá-los. (D) seu reconhecimento na hipótese de leis inconstitucionais, caso em que o resultado depende de prévia declaração do vício pelo Supremo Tribunal Federal e da demonstração dos danos eventualmente suportados. (E) seu reconhecimento em qualquer hipótese, com fulcro no art. 37, §6º, da Lei Maior.</p>
<p>38. Um consórcio público envolvendo dois municípios limítrofes pretende contratar uma empresa para a realização de uma obra que beneficiará a população de ambos os municípios. Para essa contratação, o referido consórcio público</p> <p>(A) deverá realizar prévia licitação, nas modalidades concorrência, tomada de preços, convite ou pregão, conforme o valor envolvido. (B) deverá realizar prévia licitação, necessariamente na modalidade concorrência, posto tratar-se de obra. (C) poderá dispensar a prévia licitação caso o valor não ultrapasse 20% do limite legal previsto para a modalidade convite. (D) estará impossibilitado de realizar licitação prévia, por inviabilidade de competição, configurando hipótese típica de inexigibilidade. (E) deverá requerer que os municípios consorciados figurem como partes no contrato, já que consórcios públicos não detêm personalidade jurídica própria.</p>	<p>42. O direito real de uso, no âmbito administrativo,</p> <p>(A) consiste em direito real sobre coisa alheia, outorgado mediante autorização, o qual confere ao seu titular a faculdade de utilizar de um bem da Administração em caráter personalíssimo. (B) consiste em direito real sobre coisa alheia, outorgado mediante permissão, o qual confere ao seu titular a faculdade de utilizar um bem da Administração em caráter personalíssimo. (C) é destinado a outorgar ao particular a faculdade de utilizar um bem da Administração segundo destinação específica, sendo típico contrato de atribuição, transferível a terceiros por ato <i>inter vivos</i> ou por sucessão legítima ou testamentária. (D) é destinado a outorgar ao particular a faculdade de usar, fruir e dispor de um bem da Administração independentemente de destinação específica, transferível a terceiros por ato <i>inter vivos</i> ou <i>mortis causa</i>. (E) é destinado a outorgar ao particular a faculdade de utilizar um bem da Administração segundo destinação específica, sendo típico contrato de gestão, não transferível a terceiros, porquanto apenas atribui ao seu titular a faculdade de usar o bem público.</p>
<p>39. Sobre licitações públicas, é correto afirmar que</p> <p>(A) o pregão é modalidade de licitação que admite as formas presencial ou eletrônica e cuja adoção faz-se, por lei, obrigatória nas compras e contratações de serviços comuns pela União. (B) quando do pronunciamento do resultado final de classificação das propostas, o licitante vencedor adquire o direito subjetivo de contratar com a Administração, sendo vedado ao Poder Público revogar o procedimento licitatório. (C) as hipóteses de dispensa de licitação apresentadas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93) são exemplificativas. (D) é admissível a interposição de recurso administrativo nos casos de habilitação ou inabilitação de licitante, assim como no de julgamento das propostas, sendo que, em ambos os casos, o recurso terá efeito suspensivo. (E) compete privativamente à União legislar sobre as normas gerais e especiais de licitação aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p>	<p>43. O Regime Geral de Benefícios da Previdência Social, conforme preceitua a Lei nº 8.213/91, permite, sem ressalvas, o recebimento conjunto de</p> <p>(A) seguro-desemprego e auxílio-doença. (B) seguro-desemprego e auxílio-acidente. (C) salário-maternidade e auxílio-doença. (D) aposentadoria e abono de permanência em serviço. (E) aposentadoria e auxílio-doença.</p>
<p>40. Repercute na esfera administrativa, em favor do servidor público acusado, a sentença proferida pelo juízo criminal que o absolver em razão de</p> <p>(A) não constituir o fato infração penal. (B) inexistir prova de ter o réu concorrido para a infração penal. (C) inexistir prova da existência do fato. (D) haver insuficiência de prova para a condenação. (E) haver prova afastando o réu da autoria do fato.</p>	

<p>44. Sobre a parceria público-privada prevista na Lei federal nº 11.079/04, é correto afirmar que</p> <p>(A) se formaliza por meio de contrato de consórcio celebrado entre o Poder Público e a entidade privada interessada, depois de constituída sociedade de propósito específico incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.</p> <p>(B) se formaliza por meio de contratos de concessão ou de permissão celebrados entre o Poder Público e a entidade privada interessada, depois de constituída sociedade de propósito específico incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.</p> <p>(C) se formaliza por meio de contratos de consórcio ou de concessão celebrados entre o Poder Público e a entidade privada interessada, depois de constituída sociedade de propósito específico incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.</p> <p>(D) admite a concessão patrocinada de obra ou serviço públicos, segundo a qual a entidade privada é remunerada exclusivamente mediante contraprestação pecuniária do Poder Público.</p> <p>(E) somente admite concessões de obras ou serviços públicos que envolvam contraprestação pecuniária do Poder Público à entidade privada.</p>	<p>47. As taxas e os preços públicos são, respectivamente,</p> <p>(A) receitas originárias e meros ingressos (entradas).</p> <p>(B) meros ingressos (entradas) e receitas derivadas.</p> <p>(C) receitas privadas e receitas públicas.</p> <p>(D) receitas originárias e receitas derivadas.</p> <p>(E) receitas derivadas e receitas originárias.</p>
<p>45. Sobre a organização da Administração Pública, é correto afirmar que</p> <p>(A) Governo, em sentido formal, é conjunto de Poderes e órgãos constitucionais, cuja atividade possui natureza política e discricionária.</p> <p>(B) Administração Pública, em sentido material, é o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do Governo, tratando-se de atividade neutra, normalmente vinculada à lei ou à norma técnica.</p> <p>(C) Autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, de natureza meramente administrativa, criada por lei específica para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou.</p> <p>(D) Entidades fundacionais são pessoas jurídicas de direito privado, assemelhadas às empresas públicas, com as atribuições que lhes forem conferidas no ato de sua instituição.</p> <p>(E) Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado instituídas por lei para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica que as criou.</p>	<p>48. Compete ao Senado Federal:</p> <p>I. Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.</p> <p>II. Dispor sobre limites globais e condições para operações de crédito externo e interno dos entes da Federação, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.</p> <p>III. Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Financeiro</p> <p>46. As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender às obras de conservação e adaptação de bens imóveis, são classificadas como despesas</p> <p>(A) de transferência.</p> <p>(B) de capital.</p> <p>(C) de custeio.</p> <p>(D) extraordinárias.</p> <p>(E) derivadas.</p>	<p>49. São princípios orçamentários, os princípios da</p> <p>(A) universalidade, unidade, anualidade, transparência e publicidade.</p> <p>(B) legalidade, impessoalidade, isonomia, publicidade e irretroatividade.</p> <p>(C) anterioridade, irretroatividade, legalidade, isonomia e imunidade.</p> <p>(D) legalidade, isonomia, procedimento formal, sigilo, vinculação ao edital e julgamento objetivo.</p> <p>(E) anualidade, anterioridade, transparência, isonomia, legalidade e irretroatividade.</p> <p>50. Sobre os créditos adicionais, é correto afirmar:</p> <p>(A) O ato que abrir crédito adicional não precisa indicar a classificação da despesa e a importância correspondente.</p> <p>(B) A abertura dos créditos suplementares e especiais é autorizada por decreto executivo.</p> <p>(C) Os créditos suplementares são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.</p> <p>(D) Os créditos extraordinários são os destinados a reforço de dotação orçamentária.</p> <p>(E) Os créditos suplementares terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos.</p>

<p>51. A respeito dos precatórios judiciais, é correto afirmar que</p> <p>(A) integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites legais, quando não-pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.</p> <p>(B) é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de decisões administrativas irrecorríveis, constantes em precatórios judiciais, apresentados até 1º de janeiro de cada ano.</p> <p>(C) o Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda poderá autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, a penhora dos bens necessários para a satisfação do débito.</p> <p>(D) as regras constitucionais acerca dos precatórios, à exceção dos créditos de natureza tributária, são aplicadas a todas as obrigações das Fazendas Públicas, decorrentes de sentença judiciária, não importando se o pagamento é de grande ou de pequeno valor.</p> <p>(E) é permitida a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.</p>	<p>55. Em relação à competência para legislar sobre matéria financeira, considere:</p> <p>I. A lei complementar disporá sobre o exercício financeiro, a vigência, o prazo, a elaboração e a organização das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).</p> <p>II. Planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento são matérias que podem ser veiculadas por meio de medidas provisórias.</p> <p>III. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito financeiro.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>52. A lei que contém as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento denomina-se</p> <p>(A) plano plurianual.</p> <p>(B) lei orçamentária anual.</p> <p>(C) lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(D) orçamento fiscal.</p> <p>(E) orçamento de investimentos das empresas estatais.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil e Direito Processual Civil</p> <p>56. No direito brasileiro, quando a lei for omissa o Juiz</p> <p>(A) não poderá deixar de decidir o caso, e deverá valer-se de outras fontes ou formas de expressão do direito.</p> <p>(B) não poderá proferir sentença, tendo de extinguir o processo sem resolução de mérito.</p> <p>(C) somente poderá decidir o caso valendo-se da analogia.</p> <p>(D) não poderá julgar por equidade, salvo quando autorizado por lei e a matéria versar sobre direito indisponível.</p> <p>(E) deverá, necessariamente, julgar o caso de acordo com os precedentes jurisprudenciais.</p>
<p>53. É INCORRETO afirmar que a dívida fundada</p> <p>(A) deve ser paga pelo Estado-membro, sob pena de intervenção federal, caso a suspensão do pagamento for por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior.</p> <p>(B) compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.</p> <p>(C) ou consolidada compreende, também, as operações de crédito realizadas em prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento.</p> <p>(D) é integrada também pelos títulos da dívida pública emitidos pelo Banco Central do Brasil a partir de 5 de maio de 2002.</p> <p>(E) ou consolidada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.</p>	<p>57. Sobre os direitos da personalidade, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. exceto nos casos previstos em lei, são intransmissíveis e irrenunciáveis.</p> <p>II. sujeitam-se a prazos prescricionais, mas não a prazos decadenciais.</p> <p>III. não se reconhece lesão a direitos da personalidade, se o suposto ofendido já for morto.</p> <p>IV. a proteção dos direitos da personalidade em algumas hipóteses se aplica às pessoas jurídicas.</p> <p>V. é validade, com objetivo científico, a disposição total ou parcial do corpo para depois da morte, a título gratuito ou oneroso.</p>
<p>54. A despesa pública é processada na seguinte ordem:</p> <p>(A) ordem de pagamento, empenho, pagamento e liquidação.</p> <p>(B) empenho, liquidação, ordem de pagamento e pagamento.</p> <p>(C) liquidação, empenho, pagamento e ordem de pagamento.</p> <p>(D) ordem de pagamento, liquidação, pagamento e empenho.</p> <p>(E) pagamento, liquidação, empenho e ordem de pagamento.</p>	<p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e V.</p> <p>(E) III e IV.</p>

58. Considere as seguintes afirmações:
- I. A manifestação da vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
 - II. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- (A) Somente a afirmação II é correta.
 - (B) Somente a afirmação I é correta.
 - (C) As afirmações I e II são corretas.
 - (D) As afirmações I e II são incorretas.
 - (E) As afirmações I e II são colidentes entre si e nenhuma delas corresponde a regra jurídica em vigor.

59. Reputa-se litigante de má-fé aquele que
- (A) interpuser recurso considerado intempestivo pelo Tribunal.
 - (B) deduzir pedido que vier a ser julgado improcedente em primeiro grau de jurisdição e, em segundo grau de jurisdição, o recurso for improvido por unanimidade de votos.
 - (C) omitir fatos que o desfavoreçam no processo.
 - (D) deixar de produzir as provas necessárias à comprovação de seu direito.
 - (E) deduzir pretensão contra fato incontroverso.

60. Salvo disposição legal em contrário, os prazos processuais contam-se, quando
- (A) a citação for por edital, desde o primeiro dia da dilação assinada pelo Juiz.
 - (B) houver vários réus, da data da juntada aos autos de cada mandado citatório cumprido.
 - (C) a citação ou intimação for pelo correio, da data do recebimento dela pela parte.
 - (D) a citação ou intimação se der por oficial de justiça, da data da juntada aos autos do mandado cumprido.
 - (E) o ato se realizar em cumprimento de carta precatória, da data em que o Juiz deprecado determinar sua devolução ao Juiz deprecante.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Redação Oficial

Atenção: As questões de números 61 a 67 referem-se ao texto seguinte.

Uma das provas mais evidentes do que Tucídides julga ser o pensamento político é a exposição das causas do conflito, que encontramos no início de sua obra [sobre a guerra do Peloponeso]. Já Heródoto começara a sua obra com a causa da guerra entre a Europa e a Ásia. Considerava o problema do ponto de vista da culpa do conflito. Naturalmente, este problema também foi levantado pelos partidos durante a guerra do Peloponeso. Todas as particularidades haviam sido, desde o começo da grande conflagração, discutidas vezes sem conta, sem perspectiva de se chegar a um acordo, visto que os dois contendores atribuíam a culpa um ao outro. Tucídides coloca o problema de um ponto de vista completamente novo. Distingue entre as razões da discórdia que acenderam a luta e a “verdadeira causa” da guerra, chegando à conclusão de que esta reside no incrível aumento do poderio de Atenas, que constituía uma ameaça para Esparta. O conceito de causa provém do vocabulário da Medicina, como deixa ver a palavra

prófaxis, que Tucídides emprega. Foi ela que pela primeira vez estabeleceu a distinção científica entre a verdadeira causa de uma enfermidade e o seu mero sintoma. A transferência deste pensamento naturalista e biológico para o problema do nascimento da guerra não era um ato puramente formal: significava a total objetivação do assunto, separando-o da esfera política e moral. A política é assim delimitada como um campo autônomo da causalidade natural. A luta secreta entre formas opostas conduz finalmente à crise aberta da vida política da Hélade. O conhecimento desta causa tem algo de libertador, pois coloca aquele que o possui acima das odiosas lutas dos partidos e do espinhoso problema da culpa e da inocência. Mas também tem algo de opressivo, pois faz aparecer como resultantes de um longo processo, condicionado por uma mais alta necessidade, acontecimentos que tinham sido considerados como atos livres da consciência moral.

Obs.: Tucídides - historiador grego (aprox. 460-395 AC)

Heródoto - historiador grego (aprox. 480-425 AC)

Hélade - nome primitivo da Grécia

(JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.451-452.)

61. Werner Jaeger,
- (A) desejando comprovar que Tucídides foi um criterioso analista de conflitos, apresenta dados que invalidam interpretações sobre as idéias do historiador grego construídas a partir do que alguns julgaram ser seu pensamento político.
 - (B) examinando a conduta analítica de Tucídides, manifestada em seu discurso sobre a guerra do Peloponeso, interpreta-a como fundante de perspectiva no trato do objeto de observação.
 - (C) na organização do seu discurso, citou Heródoto – considerando-o influenciado pelas idéias de Tucídides – como significativo argumento a favor da originalidade deste historiador.
 - (D) na busca de comprovação de que o pensamento político tem interfaces com o pensamento científico, faz uso da obra de Tucídides para elucidar um aspecto comum às áreas: o cuidado com a etimologia.
 - (E) elegendo como tema os procedimentos narrativos de Tucídides em sua obra sobre a guerra do Peloponeso, abstém-se de comentários que excedam o específico ângulo de observação de como o relato foi desenvolvido.

62. Acerca da argumentação desenvolvida no texto, e mais especificamente nas primeiras 16 linhas, é correto afirmar que
- (A) a exposição das causas do conflito, no início da obra de Tucídides, é tomada pelo autor como o grau máximo e absoluto da evidência considerada.
 - (B) a *causa da guerra*, como tratada por Heródoto, e a *“verdadeira causa” da guerra*, referida como preocupação de Tucídides, são tidas como expressões sinônimas, que remetem a idêntica disposição de espírito dos historiadores.
 - (C) o emprego do advérbio *Naturalmente* serve a uma constatação objetiva do fato considerado na frase, o que isenta a informação de qualquer traço de juízo de valor.
 - (D) o segmento destacado em *as particularidades haviam sido, desde o começo da grande conflagração, discutidas vezes sem conta* pode ser substituído pelo advérbio “renitentemente”, pois o contexto o autoriza.
 - (E) o leitor tem dados suficientes para considerar a expressão *no início de sua obra* como equivalente a “no prefácio de sua obra”.

63. Foi ela que pela primeira vez estabeleceu a distinção científica entre a verdadeira causa de uma enfermidade e o seu mero sintoma.

Considerados a frase acima e o seu contexto, é correto afirmar:

- (A) a expressão *Foi ela que*, que tem implícita uma idéia de exclusão, é recurso de que se vale o autor para manifestar total convicção acerca do que assevera.
- (B) a substituição de *Foi ela que* por “Sendo ela que” seria eficaz recurso de estilo, pois, sem comprometer a formalidade, sofisticaria a expressão e revelaria domínio do escritor no uso do gerúndio, em muitos casos inaceitável pela norma culta.
- (C) o adjetivo *mero*, em *o seu mero sintoma*, foi empregado na acepção de “imprevisível”, como no exemplo: “Por mera sorte encontrava-se lá naquele instante”.
- (D) o sentido original e a conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa não seriam afetados se, em vez de *o seu mero sintoma*, ocorresse a formulação “um seu mero sintoma”.
- (E) uma vírgula posta entre *distinção* e *científica*, ainda que não obrigatória, poderia ser utilizada para dar ênfase ao adjetivo, recurso estilístico aceitável, pois não haveria comprometimento da norma culta da Língua Portuguesa.

65. *Todas as particularidades haviam sido, desde o começo da grande conflagração, discutidas vezes sem conta, sem perspectiva de se chegar a um acordo, visto que os dois contendores atribuíam a culpa um ao outro.*

Outra formulação para o segmento destacado acima, considerado seu contexto, que está clara e em conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa, é:

- (A) não havendo brecha para consenso, dado os ânimos de ambos contendores, que só sabiam delegar culpa ao outro.
- (B) impedindo qualquer possibilidade de pacto, pela ação impulsiva de cada um dos rivais culpando-se respectivamente.
- (C) o que não gerou esperança de conciliação, pelo fato de os dois adversários culparem-se mutuamente.
- (D) que acabou não possibilitando entendimento recíproco, pois os opositores, cada um, atribuía culpabilidade ao outro.
- (E) não oportunizando concerto de idéias, por força da ação desencontrada dos concorrentes a denunciar entre si.

64. *O conceito de causa provém do vocabulário da Medicina, como deixa ver a palavra prófacis, que Tucídides emprega. (...) A transferência deste pensamento naturalista e biológico para o problema do nascimento da guerra não era um ato puramente formal: significava a total objetivação do assunto, separando-o da esfera política e moral. A política é assim delimitada como um campo autônomo da causalidade natural.*

Observados o excerto acima e o contexto, é correto afirmar:

- (A) Na frase inicial, ao imputar o conceito de *causa* ao vocabulário da Medicina, o autor emprega a seu favor um argumento de evidência constituído por um exemplo.
- (B) Ao formular a idéia de que *A transferência ... não era um ato puramente formal*, o autor nega à natureza do fato traços que não digam respeito exclusivamente à objetivação do assunto.
- (C) Os dois-pontos podem ser substituídos, sem prejuízo do sentido original, pela locução “à medida que”.
- (D) A oração reduzida de gerúndio – *separando-o da esfera política e moral* – expressa noção de finalidade.
- (E) A frase final do fragmento transcrito expressa uma conseqüência do que se explanou no período imediatamente anterior.

66. Considere as afirmações que seguem.

- I. Compreende-se do texto que momentos agudos de tensão política explícita podem ter sua motivação imediata, mas são gestados – mais, ou menos, remotamente – por cizânias no contexto de uma ou mais nações.
- II. O autor do texto usa a expressão “*verdadeira causa*” com o objetivo de iluminar a gama de expedientes de que dirigentes lançam mão para mascarar a opinião da coletividade sobre os reais móveis de suas ações administrativas.
- III. O paradoxo presente na parte final do texto desvela que o poder conferido a um indivíduo pelo conhecimento da “*verdadeira causa*” de um fenômeno tem como contrapartida inalienável o seu consentimento para atos moralmente condenáveis.

É correto assegurar que o texto abona

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

67. *O conhecimento desta causa tem algo de libertador, pois coloca aquele que o possui acima das odiosas lutas dos partidos e do espinhoso problema da culpa e da inocência. Mas também tem algo de opressivo, pois faz aparecer como resultantes de um longo processo, condicionado por uma mais alta necessidade, acontecimentos que tinham sido considerados como atos livres da consciência moral.*

É correta a seguinte afirmação motivada pelo fragmento acima:

- (A) O autor, por ter adotado tratamento genérico da matéria no trecho – como o prova o emprego de *tem algo de opressivo* –, deveria ter evitado o uso de *aquele que*, pela especificidade que a forma expressa.
- (B) A seguinte variante da formulação original deve ser considerada também correta quanto ao modo de apresentar idéias similares: “acima das odiosas lutas dos partidos e, ainda, o espinhoso problema da culpa e da inocência”.
- (C) O sentido manifesto no contexto pela expressão *por uma mais alta necessidade* seria mantido se fosse adotada a variante “por aquela que, dentre as necessidades, fosse a mais alta”.
- (D) A supressão do termo destacado em *acontecimentos que tinham sido considerados como atos livres da consciência moral* mantém a correção da frase, considerada a norma culta.
- (E) Na substituição do verbo “ter” por “haver”, em *que tinham sido considerados*, o respeito à norma culta exige que “haver” seja empregado no mesmo tempo e modo de “ter”, mas no singular.

68. *O espírito humano, como o heliográfico, olha sempre de face um sol que o atrai, e para o qual ele caminha sem cessar: – é a perfectibilidade.*

(Machado de Assis. “O jornal e o livro”, crônica publicada no *Correio Mercantil*, em 1859.)

Sobre o parágrafo acima, é correto afirmar:

- (A) mesmo de natureza dissertativa, apresenta traços narrativos a serviço da apresentação do seguinte tópico-frasal: o homem, como qualquer outro ser da natureza, não pode fugir à sua essência.
- (B) é constituído predominantemente por descrição apoiada em pressupostos positivistas, o que não só justifica o predomínio de aspectos captáveis pelos sentidos, como aparta as metáforas da esfera metafísica.
- (C) estabelece analogias – entre espírito humano e heliográfico; entre sol e perfectibilidade – para construir a idéia-núcleo do parágrafo, a de que o espírito humano está sempre em busca da perfeição.
- (D) elabora imagens sobre o “espírito” fazendo uso da comparação – que possibilita concretizar o tema – e da hipérbole (*caminha sem cessar*), comprovando, sem valer-se de metáforas, que o homem se move eternamente em busca da glória.
- (E) anuncia a idéia-central – *espírito humano* –, estabelece analogia entre o ser humano e um elemento vegetal, descreve suas trajetórias e conclui sobre a essência dos seres vivos: a *perfectibilidade*.

Atenção: As questões de números 69 a 73 referem-se ao texto que segue. Os parágrafos transcritos foram extraídos de discurso de Pedro Simon, pronunciado no Senado Federal, no dia 6 de dezembro de 2006. Apesar das supressões, a seqüência foi respeitada.

1. *João Goulart foi o único Presidente do Brasil que morreu no exílio. Por mais que se tenha esforçado para retornar à pátria ainda em vida, isso não foi possível. Os militares não o permitiram. Não lhe deram o direito de voltar ao país nem mesmo para sepultar sua mãe.*
2. *Doente, fazendo os seus exames em Paris e reconhecendo a deficiência de sua saúde, João Goulart desejava retornar ao Brasil, mas isso lhe foi vetado.*
3. *João Goulart ainda não tem uma biografia que lhe faça justiça. Sabemos que a História é escrita pelos vencedores. A versão dos vencidos é mais difícil de ser contada, exige mais tempo para vir à tona. Mas ela acaba surgindo.*
4. *Não foi por medo que um homem como Getúlio Vargas – que chefiou uma revolução com coragem –, ao final da sua vida, recusou-se a mergulhar o país numa guerra civil. Foi um suicídio heróico, uma das nossas páginas mais bonitas porque não tem antecedente.*
5. *Não foi por medo que um dos herdeiros políticos de Getúlio Vargas – o presidente João Goulart – se recusou a resistir ao golpe que o derrubou. Também ele não queria que fosse derramado o sangue do povo brasileiro.*
6. *Olhando para a história mundial é difícil ver um líder político que não lute até o fim para ficar no poder. Lembro a morte cheia de honra e garra do Allende: quando pediram que saísse do Palácio que seria bombardeado, ele não se arredou do lugar em que estava e os escombros caíram sobre sua cabeça.*
7. *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a imprensa, unida, atacava muito o presidente João Goulart. A primeira vez que a mídia se uniu contra um presidente foi contra Getúlio Vargas, em 1954, tendo à frente Carlos Lacerda. Nos discursos da época está o pronunciamento de Afonso Arinos de Mello Franco sobre o que se dizia do Dr. Getúlio Vargas às vésperas do golpe.*
8. *Com relação ao presidente João Goulart, os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo colocavam na capa, diariamente, ou publicavam com grande destaque, os discursos dos grandes líderes da oposição da época.*
9. *Recentemente, a revista **ISTOÉ** apresentou o Sr. João Goulart como um dos grandes homens do seu século. Informa a revista que uma semana antes de ser derrubado ele tinha 85% de apoio. Não chegavam a 10% os que rejeitavam o seu Governo. Mas quem lesse os jornais achava que aquele Governo, sufocado em escândalos, cairia no dia seguinte.*
10. *Tenho orgulho de dizer que esse foi um brasileiro distinto. Talvez não estivesse preparado para ser Presidente da República. Assim como ele, José Sarney e Itamar Franco não estavam preparados quando foram chamados a assumir a Presidência. Uma coisa é ser Presidente, outra coisa é ser Vice-Presidente. O candidato a Presidente faz um programa, adota uma doutrina e forma uma equipe. Mas o Vice assume o poder de maneira abrupta (...). Nessas condições, assumiram João Goulart, Sarney e Itamar. Eles não buscaram a Presidência, o destino lhes deu o cargo, mas, mesmo assim, os três agiram com dignidade, honradez e competência.*
11. *João Goulart foi um homem digno, sério e bem-intencionado.*
12. *Muito Obrigado.*

(Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 28/02/2007.)

69. Os parágrafos transcritos abonam a correção da seguinte assertiva sobre o pronunciamento do parlamentar:

- (A) é manifestação elegíaca bem-realizada, pois, com alusões exclusivas ao âmbito desejável para a obtenção da eficácia – o espaço público em que se moveu João Goulart –, produz vigorosa comoção.
- (B) contém, em sua organização, referência a um saber partilhado com os ouvintes (*Sabemos que...*), o que demonstra o caráter didático da exposição – vale-se de um exemplo concreto para tematizar a polêmica questão do cancelamento de direitos civis.
- (C) exemplifica a natureza dialética do discurso parlamentar, pois expressa a solidariedade do orador com o sofrimento físico de João Goulart, ao lado da mordaz crítica ao seu comportamento, manifestada por meio da comparação com Allende.
- (D) constrói a biografia autorizada de João Goulart, o que justifica não só seu caráter laudatório, mas igualmente o apelo inflamado que contém por uma séria revisão da História.
- (E) constitui versão nobilitante de uma trajetória, construída por argumentos que buscam legitimar atitudes políticas passíveis de serem interpretadas como ignomínias.

70. Considere as assertivas que seguem.

- I. A partir da aproximação das frases *João Goulart foi o único Presidente do Brasil que morreu no exílio* e *João Goulart foi um homem digno, sério e bem-intencionado*, é correta a seguinte conclusão: “Presidentes ímprobos morrem em sua terra natal”.
- II. É exemplo de raciocínio dedutivo a seguinte elaboração mental implícita no texto: “A História é escrita pelos vencedores. Sabemos que João Goulart é um vencido. Nesse caso, a versão de João Goulart é mais difícil de ser contada”.
- III. É generalização legítima, a partir do excerto do discurso, a seguinte idéia: “Todo suicídio é um ato heróico”.

É correto afirmar

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

71. Considerados os parágrafos 7 e 9 e as prescrições da norma culta, é legítimo afirmar:

- (A) Em *A primeira vez que a mídia se uniu contra um presidente foi contra Getúlio Vargas, em 1954, tendo à frente Carlos Lacerda*, a repetição de *contra* constitui excesso; a supressão da segunda ocorrência confere correção e clareza ao enunciado.
- (B) Em *tendo à frente Carlos Lacerda*, o acento indicativo da crase está corretamente empregado, contrariamente ao que se verifica em “Reportou-se àquele deputado que acompanhava a investigação”.
- (C) A frase *Informa a revista que uma semana antes de ser derrubado ele tinha 85% de apoio* está correta, mas o emprego de “de que”, em vez de “que”, mantendo a correção, conferiria maior formalidade ao enunciado.
- (D) É reescrita correta da frase *Informa a revista que uma semana antes de ser derrubado ele tinha 85% de apoio* a redação “Informa a revista que, na semana anterior a derrocada, 85% das pessoas lhe apoiavam”.
- (E) A correlação entre os verbos da frase *Mas quem lesse os jornais achava que aquele Governo, sufocado em escândalos, cairia no dia seguinte* estaria adequada se ocorresse a presença concomitante de “lia” e “achava”, ou de “lesse” e “acharia”.

72. João Goulart foi o único Presidente do Brasil que morreu no exílio. Por mais que se tenha esforçado para retornar à pátria ainda em vida, isso não foi possível.

Considerados o trecho acima e o contexto, é correto afirmar:

- (A) A expressão *o único* ressalta, com vantagem, a qualidade do ser em relação a outros seres, como se verifica na frase “Ele foi o mais reverenciado dos oradores”.
- (B) O sentido original e a conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa estão preservados com a substituição de *que morreu no exílio* por “à morrer no exílio”.
- (C) Haverá equivalência com o sentido original, e a conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa será preservada, se *Por mais que se tenha esforçado* for substituído por “Não obstante ter-se esforçado ao máximo”.
- (D) O segmento *retornar à pátria* exprime uma causa.
- (E) O pronome *isso* recupera o conjunto das idéias comunicadas no parágrafo.

73. Considerados o parágrafo 10 e o contexto, é correto afirmar:

- (A) A referência à assunção de João Goulart, José Sarney e Itamar Franco traz, implícitos, respectivamente, a renúncia de Jânio Quadros, a morte de Tancredo Neves e o *impeachment* de Fernando Collor.
- (B) A seqüência *faz um programa, adota uma doutrina e forma uma equipe* expressa logicamente os passos de um processo, não admitindo, pois, nenhuma alteração da disposição dos termos sem que o sentido original do texto fique comprometido.
- (C) A assertiva *Uma coisa é ser Presidente, outra coisa é ser Vice-Presidente* representa um ponto frágil da argumentação, pois manifesta uma obviedade que o desenvolvimento do texto poderia eliminar se enriquecesse o raciocínio com outras idéias, mas não o faz.
- (D) A referência ao modo como se dá a assunção de um vice-presidente contém o pressuposto de que decorre inevitavelmente de subversão da ordem institucional.
- (E) A expressão *mesmo assim* equivale a “supondo que não fosse dessa maneira”.

Atenção: Texto para a questão de nº 74.

Quando da reinauguração de tradicional praça da cidade, depois de processo de revitalização, um jornal noticiou o fato ilustrando a matéria com a foto de um jovem sentado no chão, com as pernas sobre um banco de madeira, que, apresentando, de intervalo a intervalo, divisórias de ferro, impede que alguém nele se deite. Sob a foto, entre outras, as seguintes palavras: “Jovem se ajeita em banco antimendigo da praça (...); os moradores de rua agora dormem no chão”. No dia seguinte, em carta dirigida ao jornal, representante da municipalidade registra seu desagrado com relação ao viés adotado na reportagem (o destaque dado aos “bancos colocados ali”), ressalta detalhadamente o que foi feito em favor do patrimônio público e acrescenta:

Pergunto-me se o jornal preferiria que a prefeitura não a tivesse reformado, tampouco colocado bancos (pela primeira vez em sua história, já que, no projeto inicial, eles não existiam) (...).

Quanto aos bancos, repito o que disse à repórter: não são feitos para dormir, e sim para sentar-se. Mas, para que essa afirmação seja considerada, e não ignorada, como já aconteceu, lanço mão da definição segundo o “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”: banco s.m.- 1. assento estreito e duro (de madeira, pedra, ferro, cimento etc.), com ou sem apoio para os braços, geralmente para mais de uma pessoa, provido ou não de encosto. 2. Mob. Tamborete (“assento sem encosto e braços”). (...)

Depois de elencar as 7 acepções dicionarizadas, conclui:

A propósito, é preconceituosa a denominação “antimendigo”, já que os bancos foram colocados para que qualquer pessoa os utilize, seja morador de rua ou não.

(Texto adaptado: **Folha de S. Paulo** de 23/02/07.)

74. Considerado o excerto da carta acima transcrito, há consistência na seguinte interpretação:

- (A) o missivista valeu-se de argumento de autoridade, pois lançou mão do testemunho de um renomado estudioso da língua, que lhe ofereceu argumentos para refutar a crítica implícita na reportagem: a má-compreensão do sentido de “banco”.
- (B) o missivista, ao referir que *é preconceituosa a denominação “antimendigo”*, valeu-se de um axioma, idéia evidente por si mesma, o que o dispensou de apresentar as razões da presença daquele tipo de banco na praça.
- (C) o missivista, bem compreendendo a crítica ao caráter preconceituoso do mobiliário público, acata a censura, mas o faz por dissimulação: minimiza sua importância ao tratar dela, no final do texto, como um mero adendo (*A propósito*).
- (D) o missivista apresentou um raciocínio falacioso ao não enfrentar diretamente o ponto polêmico ressaltado na matéria jornalística, desviando seus comentários para outro terreno.
- (E) o missivista refuta as críticas expressas na foto e no texto particularizando a defesa: rebate as objeções da foto tirando bom proveito da tautologia (presente no verbete do dicionário) e as do texto valendo-se da idéia de democracia no final da carta.

75. A frase ISENTA de ambigüidade é:

- (A) O deputado tinha interesse pessoal na causa dos habitantes da vila, mas conteve o entusiasmo para inibir qualquer frustração de suas expectativas.
- (B) O recém-eleito porta-voz do grupo, que já havia feito uma consulta formal à Procuradoria, resumiu em poucas palavras os obstáculos a serem superados.
- (C) Coube a mim apresentar a parte inicial do relatório, que me prontifiquei a revisar, porque me consideraram mais familiarizado com o jargão técnico.
- (D) Por buscar de maneira excessiva a perfeição até nas tarefas mais banais, o responsável pelo registro de processos advertiu duramente o funcionário.
- (E) Ao fazer discursos, habituara-se a observar o semblante dos ouvintes, que, assim julgava, espelhava as emoções que vivenciavam.

76. O período redigido segundo os preceitos da norma culta da Língua Portuguesa e do bom estilo é:

(A) Ao advogar em defesa das vítimas – rapazes de regiões a cujos programas de desenvolvimento se destinam poucas verbas –, teceu painel da migração no país, panorama que acabou por garantir a elas o direito de serem atendidas em todas as suas necessidades.

(B) Certos aspectos do discurso do ilustre parlamentar, renomado e respeitado, agradam mais a uns que outros, nada tendo haver com a habilidade de construção da peça oratória, forte e vigorosa, apresentada aos seis dias de dezembro de 2006.

(C) Saiba Vossa Excelência que esse setor produtivo é bastante regulado, pois há muito acompanhamento desse segmento; vê-se que a maneira singular com que é tratado pelos órgãos reguladores lhe obstroem a aceleração, por isso recorremos a vossa intervenção.

(D) Não pode-se negar: no projeto há realmente presente certas proposituras impossíveis de serem consideradas pertinentes, na atual conjuntura do quadro normativo, que recomenda que não se dêem privilégios a quem quer que seja.

(E) A negociação – diga-se de passagem, ampla e transparentemente divulgada – produziu benefício mútuo com vantagens para os dois lados, que não preveram nenhuma possibilidade de querelas futuras, dado que não aditaram nenhuma cláusula ao contrato.

77. O período redigido segundo os preceitos da norma culta da Língua Portuguesa e do bom estilo é:

(A) Estudiosos revelam que, naquele típico momento histórico conturbado, os representantes dos que estavam no poder incumbia acalmar e passar para a massa a aparência de honradez e respeitabilidade de seus dirigentes.

(B) Registrou-se no documentário a miséria e a imundície em que viviam os menos-favorecidos: a água potável era cheia de matérias fecais, os pátios das residências coletivas empestados onde nem a grama queria brotar, os cubículos onde dormiam de dez a doze pessoas e que a água estagnada inundava.

(C) Nem todos se contiveram diante das ameaças: alguns, mesmo com discrição e falando em seu próprio nome, para não implicar os demais, propuseram nova negociação; outros, ainda que hesitantes, perguntaram se haveria futuras oportunidades de maiores esclarecimentos para os funcionários.

(D) Comparando os dois estados, chegou-se à conclusão de que o número de habitantes urbanos para habitantes rurais era de 5 para 4, comprovando a situação comum, como aconteceu aliás, e o cotejo mostrou, também com essas duas outras cidades, Mirambaia ou Toriba.

(E) Foi traçado no evento as linhas gerais do período em que nasceu, viveu e produziu o famoso arquiteto, assim como a sociedade e os costumes que o cercavam e que, sem dúvida, influenciaram-no significativa e expressivamente até as últimas criações.

78. Considerados os padrões definidos para comunicações oficiais, é correto afirmar:

(A) O vocativo a ser empregado em texto dirigido a autoridade que não exerce a função de Chefe de Poder é *Excelentíssimo Senhor*, como em “Excelentíssimo Senhor Senador da República”.

(B) Em correspondência encaminhada ao Presidente do Congresso Nacional, como a qualquer outro Chefe de Poder, é indispensável o tratamento *digníssimo*, como expressão do apreço pelo atributo pessoal do destinatário.

(C) São fechos adequados a todas as modalidades de comunicação oficial, independentemente da hierarquia envolvida, “Respeitosamente” e “Atenciosamente”, mas adotado um, ou outro, na dependência do assunto tratado.

(D) É desejável que o texto de um encaminhamento simples de documento observe a seguinte fórmula, com adequação aos dados específicos daquilo que se encaminha: “*Honra-nos encaminhar anexa, em atendimento à solicitação feita, com a presteza habitual, pelo Sr. Chefe do Departamento de Administração, cópia do telegrama de 2 de março de 2005, do Presidente da Confederação Nacional de Atletas, a respeito de projeto de atendimento a jovens em situação de risco.*”

(E) Estão em conformidade com o padrão de “Aviso” as seguintes partes de uma comunicação oficial:

A Sua Excelência o Senhor
Mário dos Santos Barbosa
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Assunto: Seminário sobre Segurança Pública
Senhor Ministro,

Atenciosamente,
Margarida Sousa Dias
Ministra de Estado da Justiça

79. A alternativa que apresenta fragmento de acórdão redigido de modo claro, conciso e correto é:

(A) Tendo em vista que os proventos de aposentadoria tem natureza alimentar, sendo indispensável para prover a subsistência do aposentado, e quanto a seus dependentes, acreditamos que por questão de Justiça, este Tribunal não pode ignorar o apelo.

(B) Tal apreciação necessariamente não implica no acolhimento do pleito, mas tão somente na reavaliação quanto ao que se refere ao aspecto da legalidade, se o é, ou não, no sentido de correção de, eventuais, injustiças.

(C) Votamos pois, preliminarmente pelo conhecimento do presente; no mérito, necessário que ressalte-se, não tem qualquer fundamento legal.

(D) De fato, a documentação que instrui o processo de aposentadoria original, cuja cópia foi anexada aos presentes autos, demonstra que, ao aposentar-se, a professora havia completado o período necessário à incorporação do percentual de 20% aos seus proventos.

(E) Acordam os Excelentíssimos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunido em Sessão Plenária, por maioria de votos, para não conhecer do Recurso, interposto pela aposentada Maia Lins, mediante a falta de amparo legal, para que mantenha a Resolução recorrida.

80. A alternativa que apresenta fragmento de acórdão redigido de modo claro, conciso e correto é:
- (A) Pelo exposto, este representante do Ministério Público, manifesta-se da seguinte forma: se for o caso retificar o fundamento legal da concessão, e, senão acolhida, opina pela ilegalidade e recursa de registro do ato de folha 9.
- (B) Entendo que diligências para esclarecimentos acerca de vantagens deferidas a servidores somente devem ocorrer quando houver impossibilidade de – com total conhecimento da situação – apreciar o benefício concedido.
- (C) Sou contrário a realização de diligências no sentido de sanar o processo, não sendo essa a função do Tribunal de Contas tendo em vista que a competência do TCU é restrito a declarar da legalidade, ou não – do ato concessório.
- (D) Tendo, como no caso vertente, os elementos indispensáveis e suficiente para compreensão da ilegalidade cometida, o Tribunal deve decidir, nesse sentido, determinando suspensão dos pagamentos indevidamente, medida essa que é automática na suspensão dos pagamentos ilegais.
- (E) Sendo medidas que acabam procrastinando o julgamento do processo, quase sempre com grandes prejuízos ao erário, motivos pelos quais não se devem adotar as diligências, ou então restringir.

Legislação Especial

81. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999:
- (A) os titulares de direitos e interesses que não forem parte no processo.
- (B) aqueles cujos direitos ou interesses não forem afetados pela decisão recorrida.
- (C) as associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
- (D) as organizações representativas, no tocante a direitos e interesses individuais.
- (E) os cidadãos quanto a direitos ou interesses individuais.

82. Considere as seguintes proposições, segundo a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002:
- I. Pode atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- II. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar no procedimento como perito, testemunha ou representante.
- III. A lei considera amizade íntima e inimizade notória, entre o servidor e o particular interessado, motivos para se alegar suspeição do referido servidor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

83. Em relação à delegação legalmente admitida nos procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, considere:
- I. A edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos podem ser objetos de delegação.
- II. As matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade administrativos podem ser delegadas.
- III. O ato de delegação é irrevogável pela autoridade delegante.
- IV. As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) III e IV.

84. O montante de arrecadação do salário-educação, após as deduções devidas será distribuído, em quotas, para financiamento de programas, projetos e ações de ensino fundamental. Do montante dos recursos, a quota referente ao Estado e ao Município compreende
- (A) um terço.
- (B) dois terços.
- (C) um por cento.
- (D) dois e meio por cento.
- (E) três por cento.

85. A União intervirá
- I. nos Estados para assegurar a observância do princípio constitucional da autonomia municipal.
- II. para assegurar a observância do princípio constitucional da aplicação do máximo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- III. nos Estados e no Distrito Federal para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

86. Segundo a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, constitui ato de improbidade administrativa, que causa, de forma direta, lesão ao erário público, o ato culposo ou dolo do agente público que
- (A) frustrar a licitude do concurso público.
- (B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- (C) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições, por solicitação judicial.
- (D) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (E) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.

87. De acordo com a Lei nº 10.028, de 10 de outubro de 2000, constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

- (A) suprimir ou reduzir tributo, mediante omissão de informações ou declaração falsa às autoridades fazendárias.
- (B) deixar de divulgar ou enviar ao Poder Legislativo ou ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.
- (C) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.
- (D) deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
- (E) deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.

88. Considere as proposições abaixo, com base na Lei nº 9.784, de 29/01/1999.

- I. Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta, e entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- II. Entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta, e órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- III. A Administração Pública obedecerá, ao princípio da interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida aplicação retroativa de nova interpretação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

89. Tratando-se de crime contra a licitação pública, a Lei nº 8.666/93 prevê que, recebida a denúncia e citado o réu, este poderá apresentar defesa escrita no prazo de

- (A) trinta dias, contado da sua citação.
- (B) quinze dias, contado da protocolização da denúncia.
- (C) três dias, contado da oitiva da última testemunha.
- (D) cinco dias, contado do recebimento da denúncia pelo juiz competente.
- (E) dez dias, contado da data do seu interrogatório.

90. Em relação aos crimes e penas previstos na Lei nº 8.666/93, a pena de multa consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente. Levando-se em conta o valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação, esses índices percentuais não poderão ser inferiores a

- (A) 2%, nem superiores a 5% do valor do contrato.
- (B) 1%, nem superiores a 4% do valor do contrato.
- (C) 2,5%, nem superiores a 4,5% do valor do contrato.
- (D) 0,5%, nem superiores a 1,5% do valor do contrato.
- (E) 2%, nem superiores a 4% do valor do contrato.

Controle Externo

91. O controle Externo, exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, está a cargo

- (A) da Câmara dos Deputados.
- (B) do Supremo Tribunal Federal.
- (C) da Controladoria Geral da União.
- (D) do Senado Federal.
- (E) do Congresso Nacional.

92. Dentre as competências do Tribunal de Contas da União, NÃO se inclui

- (A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- (B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (C) administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.
- (D) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município.

93. Considere as assertivas abaixo:

- I. Os Conselheiros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que possuam, entre outros requisitos, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- II. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.
- III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- IV. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

<p>94. Conforme artigo 32 da Lei Complementar nº 33, de 28/06/1994, quanto à receita, NÃO compete ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais</p> <p>(A) fiscalizar os atos referentes à receita pública relativamente à legalidade, legitimidade e economicidade.</p> <p>(B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse do Estado e dos Municípios.</p> <p>(C) inspecionar o serviço de revisão dos balancetes mensais das repartições arrecadoras e quaisquer responsáveis, a fim de verificar se a arrecadação e a classificação da receita se conformam com as determinações legais.</p> <p>(D) emitir parecer prévio, se solicitado pelo Poder Legislativo, sobre empréstimo ou operação de crédito realizado pelo Estado ou pelo Município.</p> <p>(E) verificar a regularidade das cauções.</p>	<p>98. NÃO constam no rol de aspectos a serem considerados no julgamento das contas dos gestores sujeitos a jurisdição do Tribunal de Contas</p> <p>(A) as nomeações para cargos em comissão.</p> <p>(B) as receitas arrecadadas em confronto com as previstas, segundo a Lei Orçamentária.</p> <p>(C) os movimentos de Restos a Pagar, Depósitos em Geral, Encargos Gerais, Reservas de Contingência e outras despesas extra-orçamentárias.</p> <p>(D) as mutações patrimoniais do exercício, ativas e passivas.</p> <p>(E) as demonstrações discriminativas das contas inscritas no balanço patrimonial.</p>
<p>95. Conforme artigo 39 da Lei Orgânica do TCE-MG, os resultados gerais do exercício financeiro serão demonstrados, nos termos da lei, no</p> <p>(A) Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p> <p>(B) Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado Nominal.</p> <p>(C) Balanço Fiscal, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p> <p>(D) Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p> <p>(E) Balanço Consolidado e no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.</p>	<p>99. Conforme Instrução Normativa nº 01/2002 do TCE-MG, constituem fatos determinantes para a instauração de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Administração direta e indireta, estadual e municipal:</p> <p>I. Omissão no dever de prestar contas.</p> <p>II. Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.</p> <p>III. Apresentação de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou pelo Município mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.</p> <p>IV. Ocorrência de déficit apurado no Balanço Orçamentário.</p>
<p>96. Considere as assertivas abaixo, em relação à Lei Orgânica do TCE-MG.</p> <p>I. Somente os Poderes Legislativo e Executivo deverão manter, de forma integrada, sistema de controle interno.</p> <p>II. Uma das finalidades do sistema de controle interno é apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão constitucional.</p> <p>III. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas no prazo de 15 dias úteis, sob pena de responsabilidade solidária.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>97. Conforme artigo 73 da Lei Complementar nº 33 de 28/06/94, em todos os processos referentes à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial e, ainda, nos recursos, o Tribunal deliberará por</p> <p>(A) Provimento.</p> <p>(B) Instrução.</p> <p>(C) Acórdão.</p> <p>(D) Parecer.</p> <p>(E) Resolução.</p>	<p>100. Considere as seguintes ocorrências:</p> <p>I. Grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.</p> <p>II. Falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.</p> <p>III. Desfalque, peculato, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.</p> <p>As contas serão julgadas irregulares, conforme artigo 44 da Lei Orgânica do TCE-MG, se comprovada a ocorrência constante APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>